



EXAME CFC
SIMULADO TEMÁTICO 08
COMENTADO

LISTA DE QUESTÕES

1. Um dos princípios orçamentários consagrados pela ordem constitucional é o da universalidade, que, entre outros aspectos, determina

- a) a impossibilidade de instituição de dotações sem finalidade predeterminada, vedada alocação de percentual da receita corrente líquida para cobertura de passivos contingentes.
- b) a vedação de instituição de fundos especiais de despesa, com inviabilidade de destinação de quaisquer tributos para destinação específica.
- c) que todas as despesas e receitas devem integrar a lei orçamentária anual, o que não impede, contudo, a abertura de créditos adicionais mediante autorização legal específica.
- d) a obrigatoriedade de previsão, na lei orçamentária anual, também das receitas resultantes de operação de crédito e do montante total de créditos extraordinários para o exercício correspondente.
- e) a fixação, na lei orçamentária anual, também das receitas extraorçamentárias, assim entendidas aquelas que não decorrem da arrecadação ordinária, como, por exemplo, a securitização de recebíveis.

Resolução:

Vamos analisar as assertivas:

- a)** a impossibilidade de instituição de dotações sem finalidade predeterminada, vedada alocação de percentual da receita corrente líquida para cobertura de passivos contingentes.

INCORRETA. Está mais relacionado ao princípio da DISCRIMINAÇÃO, também conhecido como princípio da **Especialização**, que é previsto que a LOA **não** pode consignar **dotações globais** destinadas a atender **indiferentemente** despesas de material, pessoal.

- b)** a vedação de instituição de fundos especiais de despesa, com inviabilidade de destinação de quaisquer tributos para destinação específica.

INCORRETA. Sem relação com o princípio da Universalidade.

- c)** que todas as despesas e receitas devem integrar a lei orçamentária anual, o que não impede, contudo, a abertura de créditos adicionais mediante autorização legal específica.

CORRETA. Está **de acordo** com o conceito do princípio da **Universalidade** sendo que o orçamento deve conter **TODAS** as receitas e as despesas. Podendo ocorrer a abertura de créditos adicionais para ajuste da dotação orçamentária.

- d)** a obrigatoriedade de previsão, na lei orçamentária anual, também das receitas resultantes de operação de crédito ~~e do montante total de créditos extraordinários para o exercício correspondente~~.

INCORRETA. Créditos extraordinários são instrumentos que permitem a abertura de dotação para despesas imprevisíveis, por isto, **não há como prever este valor para o exercício correspondente**.

- e)** a fixação, na lei orçamentária anual, também das ~~receitas extraorçamentárias, assim entendidas aquelas que não decorrem da arrecadação ordinária, como, por exemplo, a securitização de recebíveis~~.

INCORRETA. Não há como prever na Lei Orçamentária o valor das Receitas Extraorçamentárias, conforme Lei 4320/64:

Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.

Gabarito: Letra C.

2. De acordo com o princípio orçamentário

- a) da publicidade, um ente público municipal deve publicar relatórios sobre sua gestão fiscal ao final de cada bimestre.
- b) da exclusividade, o exercício financeiro orçamentário de um ente público municipal deve coincidir com o ano civil.
- c) da exclusividade, o Poder Executivo municipal deve fazer ou deixar de fazer somente aquilo que o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual expressamente autorizarem.
- d) do orçamento bruto, um ente público municipal deve registrar receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- e) da especificação, a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para a abertura de crédito suplementar.

Resolução:

Vamos avaliar cada uma das assertivas.

- a)** da publicidade, um ente público municipal deve publicar relatórios sobre sua gestão fiscal ao final de cada bimestre.

ERRADO. Cuida-se de princípio fundamental da Administração Pública, insculpido no Caput do Art. 37 da Carta Magna de 1988. Decorre de o orçamento anual ser fixado em lei, sendo a publicidade desta condição de eficácia.

Além da publicação das leis referentes ao orçamento, **O princípio da publicidade exige sim a publicação dos relatórios de gestão fiscal**, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). **Só que os referidos relatórios são quadrimestrais**, e não bimestrais como postou o examinador. Ademais, a Lei também prevê que em Municípios pequenos (com menos de 50.000 habitantes) essa publicidade possa ser feita semestralmente.

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo: ...

Art. 63. É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por:

...

II - divulgar semestralmente:

...

b) o Relatório de Gestão Fiscal;

b) da exclusividade, o exercício financeiro orçamentário de um ente público municipal deve coincidir com o ano civil.

ERRADO.

Aqui o examinador misturou os princípios da exclusividade com o da anualidade. O **princípio da anualidade** informa que o a previsão de receitas e a fixação de despesas registradas na Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá se referir a um **período determinado de tempo**, delimitando o exercício financeiro orçamentário. No caso do Brasil, por determinação do Art. 34 da Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Já o **princípio da exclusividade** se refere ao conteúdo da LOA, que **não poderá conter dispositivos estranhos à previsão de receitas e à fixação de receitas**, ressalvadas as exceções previstas na Constituição Federal: a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

c) da exclusividade, o Poder Executivo municipal deve fazer ou deixar de fazer somente aquilo que o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual expressamente autorizarem.

ERRADO.

Aqui o examinador misturou os princípios da legalidade e da exclusividade. O da exclusividade, vimos na afirmativa "b". Já o **princípio da legalidade** orçamentária possui o mesmo fundamento que o princípio da Legalidade aplicado à Administração Pública: **cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, ou seja, subordina-se aos ditames da lei**. Assim, são estabelecidas três leis de natureza orçamentária no art. 165 da Constituição Federal: o plano plurianual; a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual. Decorre do princípio da legalidade que o administrador não pode contrair gastos não autorizados.

d) do orçamento bruto, um ente público municipal deve registrar receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

PERFEITO! É a resposta correta.

O princípio do orçamento bruto está previsto no art. 6º da Lei nº 4.320/64:

Art. 6º Tôdas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

e) da especificação, a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para a abertura de crédito suplementar.

ERRADO.

Aqui o examinador mesclou os princípios da especificação e da exclusividade. O princípio da exclusividade está descrito acima. Já o da **especificação**, também chamado de especialização ou discriminação **informa que as receitas e despesas devem ser discriminadas e detalhadas, de forma que os usuários das peças orçamentárias possam saber a origem dos recursos e identificar as suas destinações**.

O princípio é previsto no art. 5º da Lei 4.320/1964:

Art. 5º A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único.

O princípio da especificação possui duas exceções. São elas os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa poderão ser custeadas por dotações globais e a reserva de contingência.

Ademais, ele é reforçado tanto pela LRF, no seu Art. 5º, § 4º, da LRF, que veda consignar na LOA crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada como pelo Art. 15 da Lei 4.320/64 que exige também um nível mínimo de detalhamento: "...a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por elementos".

Gabarito: Letra D.

3. Um dos princípios que informam a elaboração do orçamento público é o da discriminação, o qual

- impede a inclusão de dotações globais ou inespecíficas, não afastando, contudo, a previsão de reserva de contingência em percentual da receita corrente líquida.
- determina que as receitas devem estar discriminadas e fixadas na Lei Orçamentária Anual, impedindo o recolhimento em montantes superiores no curso do exercício.
- predica que todas as despesas públicas devem estar previamente descritas na Lei Orçamentária Anual, embora não destinadas a órgãos específicos.
- determina que as despesas devem estar especificadas ao menos por categoria econômica, salvo aquelas destinadas a ações incluídas no Plano Plurianual.
- predica que apenas as receitas e despesas expressamente discriminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias podem ser incluídas na Lei Orçamentária Anual.

Resolução:

Vamos analisar as assertivas:

- a)** impede a inclusão de dotações globais ou inespecíficas, não afastando, contudo, a previsão de reserva de contingência em percentual da receita corrente líquida.

CORRETA. Perfeito, o princípio da **DISCRIMINAÇÃO**, também conhecido como princípio da **Especialização**, prevê que a LOA **não** pode consignar **dotações globais** destinadas a atender **indiferentemente** despesas de material, pessoal.

- b)** determina que as **receitas** devem estar discriminadas e fixadas na Lei Orçamentária Anual, **impedindo o recolhimento em montantes superiores no curso do exercício**.

INCORRETA. As dotações de despesas que devem estar discriminadas. Nada impede que **sejam arrecadadas montantes superiores ao previsto na LOA!**

- c)** predica que todas as despesas públicas devem estar previamente descritas na Lei Orçamentária Anual, embora não destinadas a órgãos específicos.

INCORRETA. Está relacionado ao princípio da **Universalidade**.

- d)** determina que as despesas devem estar especificadas **ao menos por categoria econômica, salvo aquelas destinadas a ações incluídas no Plano Plurianual**.

INCORRETA. As Exceções previstas para o princípio da discriminação são:

- Investimento em regime de execução especial (**Programas Especiais de Trabalho**)
- **Reserva de contingência**

e) ~~predica que apenas as receitas e despesas expressamente discriminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias podem ser incluídas na Lei Orçamentária Anual.~~

INCORRETA. Sem relação com o **princípio da Discriminação**.

Gabarito: Letra A.

4. O governo federal, ao final de 2018, anunciou uma previsão de déficit orçamentário de R\$ 159 bi. Tal previsão, além da óbvia questão de sua necessidade de financiamento pela sociedade, fere princípios orçamentários, dentre os quais destaca-se o

- a) da Unidade.
- b) da Anualidade.
- c) da Exclusividade.
- d) da Programação.
- e) do Equilíbrio.

Resolução:

Vamos conceituar os princípios apresentados:

- a) da Unidade.

INCORRETA. Tal princípio nos ensina que o orçamento deve ser UNO, ou seja, **um orçamento por exercício**. Não é permitida a criação de orçamentos paralelos.

- b) da Anualidade.

INCORRETA. Tal princípio orçamentário nos ensina que o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um **período determinado, usualmente um ano**

- c) da Exclusividade.

INCORRETA. Tal princípio nos ensina que a LOA **não** pode ter dispositivo estranho à fixação das despesas e previsão das receitas, em outras palavras, só pode ter, **exclusivamente**, previsão de receita e fixação de despesa.

- d) da Programação.

INCORRETA. Tal Princípio nos ensina que o orçamento deve expressar suas **ações** de modo **programado (planejado)**.

- e) do Equilíbrio.

CORRETA. O Princípio Orçamentário do equilíbrio nos ensina que deve existir **equilíbrio** entre as **receitas e as despesas**. Por isto, tal princípio foi ferido diante de as despesas serem maiores que as Receitas, devido ao déficit orçamentário!

Gabarito: Letra E.

5. No que concerne às autorizações para realização de despesas públicas previstas na Lei Orçamentária Anual, não são admissíveis dotações inespecíficas e globais. Constitui exceção a tal princípio, além dos programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinada às normas gerais de execução de despesas, também

- a) a reserva de contingência, fixada em percentual da receita corrente líquida e destinada a cobertura de passivos contingentes.
- b) os créditos suplementares, destinados à cobertura de despesas não dotadas ou insuficientemente previstas na LDO.
- c) os créditos extraordinários, destinados a cobertura de situações de calamidade pública ou comoção social.
- d) os restos a pagar, classificados como despesas extra orçamentárias e passíveis de pagamento com recursos do exercício em curso.
- e) as programações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares individuais de natureza impositiva, limitadas a 2% da receita corrente líquida.

Resolução:

O princípio da **Discriminação ou Especialização ou Especificação** nos ensina que a LOA não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

Exceções:

- Investimento em regime de execução especial (**Programas Especiais de Trabalho**)
- **Reserva de contingência (Letra A)**

A reserva de contingência é outra exceção ao princípio da discriminação, vejamos o disposto na LRF:

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

III – conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Gabarito: Letra A.

6. Um ente público municipal recebeu, em 31/07/2018, um depósito caução no valor de R\$ 68.000,00. Nesse ente público municipal e, nessa data, para a contabilização de

- a) um ingresso extraorçamentário foi debitado uma conta de ativo permanente.
- b) uma variação patrimonial aumentativa independente da execução orçamentária foi debitada uma conta de ativo financeiro.
- c) um ingresso extraorçamentário foi creditado uma conta de passivo financeiro.
- d) uma variação patrimonial aumentativa independente da execução orçamentária foi creditada uma conta de resultado patrimonial.
- e) um ingresso decorrente da execução orçamentária foi debitado uma conta de ativo financeiro.

Resolução:

Vamos analisar as assertivas:

a) um ingresso extraorçamentário foi debitada uma conta de ~~ativo permanente~~.

INCORRETA. Na verdade, foi debitada a **Conta Caixa no Ativo Circulante!**

b) ~~uma variação patrimonial aumentativa independente da execução orçamentária foi debitada uma conta de ativo financeiro.~~

INCORRETA. Na verdade, os ingressos extraorçamentários geram uma variação qualitativa, por causa do aumento do ativo (**ingresso caixa**) e do passivo financeiro (**obrigação de devolver**) pelo **mesmo valor!**

c) um ingresso extraorçamentário foi creditada uma conta de passivo financeiro.

CORRETA. Exatamente, o **lançamento de um ingresso orçamentário debita uma conta no ativo financeiro e credita uma conta no passivo financeiro.**

d) ~~uma variação patrimonial aumentativa~~ independente da execução orçamentária foi creditada uma conta de resultado patrimonial.

INCORRETA. Como já vimos, os ingressos extraorçamentários geram uma variação qualitativa, por causa do aumento do ativo (**ingresso caixa**) e do passivo financeiro (**obrigação de devolver**) pelo **mesmo valor!**

e) um ingresso decorrente da ~~execução orçamentária~~ foi debitada uma conta de ativo financeiro.

INCORRETA. Um **ingresso independentemente da execução orçamentária**, debitando uma conta de ativo financeiro e um crédito no Passivo financeiro.

Gabarito: Letra C.

7. A respeito das receitas públicas, assinale a alternativa correta.

a) São espécies de tributos as taxas, as multas de trânsito, os preços públicos, os impostos e as contribuições de melhoria.

b) São inexistentes no Brasil as chamadas “receitas inflacionárias”.

c) São exemplos de receitas correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária e industrial.

d) Os tributos são considerados como receitas originárias, por decorrerem da exploração do potencial decorrente do patrimônio estatal primário.

e) São receitas de transferências de capital as dotações para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Resolução:

Vamos analisar as assertivas:

a) São espécies de tributos as taxas, ~~as multas de trânsito, os preços públicos~~, os impostos e as contribuições de melhoria.

INCORRETA. As multas de trânsito e os preços públicos **não são tributos**.

b) São inexistentes no Brasil as chamadas “receitas inflacionárias”.

INCORRETA. (questionável) Não há na doutrina nem nos manuais de contabilidade informações a respeito destas receitas inflacionárias.

c) São exemplos de receitas correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária e industrial.

CORRETA. Perfeito, todos os itens são receitas correntes, conforme Lei 4320/64:

*Art. 11 § 1º - São Receitas **Correntes** as receitas **tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial**, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.*

d) Os tributos são considerados como receitas ~~originárias, por decorrerem da exploração do potencial decorrente do patrimônio estatal primário.~~

INCORRETA. Na verdade, os tributos são receitas **derivadas**, obtidas por meio da **soberania estatal**, conforme MCASP 7ª Edição:

*Receitas Públícas **Derivadas**, segundo a doutrina, seria a receita obtida pelo poder público por meio da **soberania estatal**. Decorreriam de imposição constitucional ou legal e, por isso, auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as **receitas tributárias** e as de contribuições especiais.*

e) São receitas de transferências de **capital** as dotações para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

INCORRETA. Trata-se do conceito de **Transferências Correntes**, conforme MCASP 7ª Edição:

*Art. 12 § 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para **contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado**.*

Gabarito: Letra C.

8. Os recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário e cuja devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA), são considerados

- a) incrementos de caixa.
- b) reforço de caixa.
- c) créditos extraordinários.
- d) créditos por ingressos ordinários.
- e) ingressos extraorçamentários.

Resolução:

A resposta da questão é a **afirmativa E**.

Cuida-se da definição de ingressos extraorçamentários.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição, tem-se que:

Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Esse conceito corresponde à afirmativa E.

Gabarito: Letra E.

9. A doutrina classifica as receitas públicas com relação à procedência, em Originárias e Derivadas. São receitas públicas Derivadas aquelas oriundas de

- a) serviços industriais.
- b) receitas tributárias.
- c) aluguel de imóveis.
- d) venda de produtos agropecuários.
- e) operação de crédito

Resolução:

A Doutrina classifica as Receitas em **Originárias e Derivadas**, vejamos a diferença entre ambas previsto no MCASP 7ª Edição:

*A doutrina classifica as receitas públicas, quanto à procedência, em **Originárias e Derivadas**. Essa classificação possui uso acadêmico e não é normatizada; portanto, não é utilizada como classificador oficial da receita pelo Poder Público.*

*Receitas Públicas **Originárias**, segundo a doutrina, seriam aquelas arrecadadas por meio da **exploração de atividades econômicas pela Administração Pública**. Resultariam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários.*

*Receitas Públicas **Derivadas**, segundo a doutrina, seria a receita obtida pelo poder público por meio da **soberania estatal**. Decorreriam de imposição constitucional ou legal e, por isso, auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as receitas tributárias e as de contribuições especiais.*

Dentre as alternativas, apenas as **Receitas Tributárias (Letra B)** são receitas obtidas por meio da **Soberania Estatal**, sendo classificada como **Receita Derivada**. Demais itens são classificadas como Receita Originária.

Gabarito: Letra B.

10. Em relação à receita orçamentária, é correto afirmar que

- a) os recebimentos de aluguéis de imóveis de propriedade do ente público são classificados como receitas de capital.
- b) as receitas orçamentárias efetivas são aquelas cujo ingresso é precedido do reconhecimento do passivo ou correspondem a direitos já registrados na contabilidade pública.
- c) a inscrição da dívida ativa relativa ao ente público é classificada como receita orçamentária de capital.
- d) receitas orçamentárias originárias são aquelas que correspondem aos ingressos derivados da exploração de atividades econômicas pelo ente público.
- e) o recebimento de contribuições de intervenção no domínio econômico é uma receita de capital.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

a) os recebimentos de aluguéis de imóveis de propriedade do ente público são classificados como ~~receitas de capital~~.

INCORRETA. O recebimento de aluguéis é uma **Receita Orçamentária Corrente - Patrimonial**.

b) as ~~receitas orçamentárias efetivas~~ são aquelas cujo ingresso é precedido do reconhecimento do passivo ou correspondem a direitos já registrados na contabilidade pública.

INCORRETA. Trata-se do conceito de **Receita Orçamentária Não efetiva**, conforme MCASP 7ª Edição:

*b. Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos **foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes**, como é o caso das operações de crédito.*

c) a inscrição da dívida ativa relativa ao ente público é classificada como ~~receita orçamentária de capital~~.

INCORRETA. A inscrição em dívida ativa é um fato permutativo, conforme MCASP 7ª Edição:

A inscrição do crédito em dívida ativa configura fato contábil permutativo, pois não altera o valor do patrimônio líquido do ente público

d) receitas orçamentárias originárias são aquelas que correspondem aos ingressos derivados da exploração de atividades econômicas pelo ente público.

CORRETA. Perfeito, esta é a definição de Receitas Originárias, conforme MCASP 7ª Edição:

*Receitas Públicas Originárias, segundo a doutrina, seriam aquelas **arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública**.*

e) o recebimento de contribuições de intervenção no domínio econômico é uma ~~receita de capital~~.

INCORRETA. O recebimento de contribuições de intervenção no domínio econômico é uma **Receita Orçamentária Corrente - de Contribuições**.

Gabarito: Letra D.

11. Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, porém nem todos esses recursos são receitas orçamentárias.

Alguns ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos têm natureza extraorçamentária, que se caracteriza por:

- a) envolver somente receitas derivadas;
- b) poder ou não ser prevista no orçamento;
- c) poder ser efetiva ou não efetiva;
- d) representar recursos de natureza transitória;
- e) ser fonte exclusiva de recursos para cobertura de despesas públicas.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

- a)** envolver somente receitas derivadas;

INCORRETA. A classificação quanto à procedência se refere às Receitas Orçamentárias (receitas públicas em sentido estrito), conforme MCASP 7ª Edição:

*A doutrina classifica as **receitas públicas**, quanto à procedência, em **Originárias e Derivadas***

*Receitas Públicas Derivadas, segundo a doutrina, seria a receita obtida pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorriam de imposição constitucional ou legal e, por isso, auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as **receitas tributárias e as de contribuições especiais***

- b)** poder ou não ser prevista no orçamento;

INCORRETA. Os ingressos extraorçamentários não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo que as Receitas orçamentárias podem ou não estar previstas no orçamento, conforme MCASP 7ª Edição:

Receitas Orçamentárias

Essas receitas pertencem ao Estado, transitam pelo patrimônio do Poder Público e, via de regra, por força do princípio orçamentário da universalidade, estão previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

- c)** poder ser efetiva ou não efetiva;

INCORRETA. Apenas as Receitas Orçamentárias podem ser classificadas como Efetivas ou Não Efetivas, conforme MCASP 7ª Edição:

Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não-efetiva":

*a. **Receita Orçamentária Efetiva** aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.*

*b. **Receita Orçamentária Não Efetiva** é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.*

Os ingressos extraorçamentários não alteram o Patrimônio Líquido da entidade.

- d)** representar recursos de natureza transitória;

CORRETA. Exatamente, os ingressos extraorçamentários representam recursos de natureza transitória (temporária), conforme MCASP 7ª Edição:

*Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter **temporário**, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.*

- e)** ~~ser fonte exclusiva de recursos para cobertura de despesas públicas.~~

INCORRETA. As receitas **orçamentárias** que são fontes para cobertura de despesa pública. Os ingressos extraorçamentários representam apenas recursos de caráter temporário.

Gabarito: Letra D.

12. A respeito da classificação das receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

I A classificação funcional fundamenta-se no instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações necessárias para a concretização de um objetivo comum preestabelecido.

II Despesa orçamentária é toda transação que, para ser efetivada, depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária; contudo, há dispêndios não previstos na LOA, que, portanto, não constituem despesa orçamentária.

III Em regra, receitas públicas não incluem os ingressos financeiros de caráter compensatório, limitando-se àquelas que possuam caráter orçamentário, ainda que não previstas na LOA.

IV A exploração do patrimônio intangível público classifica-se como outras receitas de capital.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

I A **classificação funcional** fundamenta-se no instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações necessárias para a concretização de um objetivo comum preestabelecido.

INCORRETO. Trata-se do conceito de programa que faz parte da classificação por Estrutura Programática, conforme MCASP 8ª Edição:

4.2.3. Classificação por Estrutura Programática

Programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.

II Despesa orçamentária é toda transação que, para ser efetivada, depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária; contudo, há dispêndios não previstos na LOA, que, portanto, não constituem despesa orçamentária.

CORRETO. Perfeito, item de acordo com o disposto no MCASP 8ª Edição:

Dessa forma, despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

Dispêndio extraorçamentário é aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.

III Em regra, receitas públicas não incluem os ingressos financeiros de caráter compensatório, limitando-se àquelas que possuam caráter orçamentário, ainda que não previstas na LOA.

CORRETO. A banca considerou as Receitas Públicas em sentido estrito, mas se fosse considerar em sentido amplo, a assertiva estaria incorreta pois os ingressos em caráter compensatório também são considerados receitas públicas, conforme MCASP 8ª edição:

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

Em sentido estrito, chamam-se públicas apenas as receitas orçamentárias.

Complementando com o disposto na Lei 4320/64:

Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.

IV A exploração do patrimônio intangível público classifica-se como ~~outras receitas de capital~~.

INCORRETO. A exploração do patrimônio intangível é uma Receita Patrimonial, conforme MCASP 8ª Edição:

3. Receita Patrimonial

5. Exploração do Patrimônio Intangível

Gabarito: Letra C

13. As receitas públicas são classificadas em

- a) categorias econômicas, como “corrente” ou “de capital”.
- b) espécies, como “corrente” ou “de capital”.
- c) origens, como “orçamentária” e “extraorçamentária”.
- d) alíneas, como “derivada” e “originária”.
- e) gêneros, como “tributário” e “não tributário”.

Resolução:

As receitas públicas são classificadas segundo as categorias econômicas em correntes e de capital. Também, desde logo, chamamos sua atenção para não existir as classificações por "alínea" (letra d) e "gênero" (letra e).

Vamos ver abaixo um pouco sobre a classificação de receitas por natureza para elucidar as demais afirmações.

A classificação das receitas por natureza segue a codificação:

C	O	E	DDDD	T
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita	Tipo

Onde, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

C = Categoria Econômica

O §§1º e 2º do art. 11 da Lei no 4.320/1964, classificam as receitas orçamentárias em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”. A codificação correspondente seria:

1- Receitas Correntes

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as

disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. (...)

2- Receitas de Capital

Receitas Orçamentárias de Capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

(...)

O = Origem

A Origem é o detalhamento das Categorias Econômicas "Receitas Correntes" e "Receitas de Capital",

Origem da Receita	
1 Receitas Correntes	2 Receitas de Capital
7 Receita Correntes Intraorçamentárias	8 Receitas de Capital Intraorçamentárias
1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 Operações de Crédito
2 Contribuições	2 Alienação de Bens
3 Receita Patrimonial	3 Amortização de Empréstimos
4 Receita Agropecuária	4 Transferências de Capital
5 Receita Industrial	9 Outras Receitas de Capital
6 Receita de Serviços	
7 Transferências Correntes	
9 Outras Receitas Correntes	

com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

Em relação à origem, as receitas classificam-se em:

E = Espécie

A espécie visa detalhar a origem, fornecendo mais detalhes sobre o fato gerador da receita. Segundo o MCASP:

3.2.1.3.

Espécie

É o nível de classificação vinculado à Origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas. Por exemplo, dentro da Origem Contribuições, identifica-se as espécies "Contribuições Sociais", "Contribuições Econômicas", "Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional" e "Contribuição para Custeio de Iluminação Pública".

DDDD = Desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita

3.2.1.4. Desdobramentos para Identificação de Peculiaridades da Receita Na nova estrutura de codificação foram reservados **4 dígitos para desdobramentos com o objetivo de identificar as particularidades de cada receita, caso seja necessário**. Assim, esses dígitos podem ou não ser utilizados, observando-se a necessidade de especificação do recurso.

T = Tipo

O tipo, correspondente ao último dígito na natureza de receita, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, sendo:

- "0", quando se tratar de natureza de receita não valorizável ou agregadora;
- "1", quando se tratar da arrecadação Principal da receita;
- "2", quando se tratar de Multas e Juros de Mora da respectiva receita;
- "3", quando se tratar de Dívida Ativa da respectiva receita;
- "4", quando se tratar de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita.;
- "5", quando se tratar das Multas da respectiva receita quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da destinação dos Juros de Mora, situação na qual não poderá ser efetuado registro de arrecadação no Tipo "2 – Multas e Juros de Mora";
- "6", quando se tratar dos Juros de Mora da respectiva receita, quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da destinação dos Juros de Mora, situação na qual não poderá ser efetuado registro de arrecadação no Tipo "2 – Multas e Juros de Mora";
- "7", quando se tratar das Multas da Dívida Ativa da respectiva receita, quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da Dívida Ativa da destinação dos Juros de Mora da Dívida Ativa, situação na qual não poderá ser efetuado registro de arrecadação no Tipo "4 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa";
- "8", quando se tratar dos Juros da Dívida Ativa da respectiva receita, quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da Dívida Ativa da destinação dos Juros de Mora da Dívida Ativa, situação na qual não poderá ser efetuado registro de arrecadação no Tipo "4 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa";
- "9", quando se tratar de desdobramentos que poderão ser criados, caso a caso, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SOF/MP, mediante Portaria específica.

Assim, concluímos que estão erradas as afirmativas "b" (pois "corrente" e "de capital" se referem à categoria econômica) e a "c) (porque as origens não são classificadas como "orçamentária" e "extraorçamentária").

Gabarito: Letra A.

14. As receitas, cuja arrecadação ocorre dentro do exercício financeiro, contribuem para o aumento das disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e nas ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas, e provenientes de tributos, contribuições, exploração do patrimônio, entre outras, são classificadas como

- a) financeiras.
- b) intraorçamentárias.
- c) de transferência.
- d) arrecadatórias.
- e) correntes.

Resolução:

Questão tranquila e baseada no MCASP 7ª Edição:

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

Classificam-se como **correntes** as receitas provenientes de **tributos**; de **contribuições**; da **exploração do patrimônio estatal** (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de

direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes).

O enunciado diz respeito às **Receitas Orçamentárias Correntes!**

Gabarito: Letra E.

15. Em relação à receita e sua classificação, é correto afirmar que

- a) são receitas de capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.
- b) tributo é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinado- -se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- c) operações de crédito, alienação de bens e transferências correntes são classificadas como receitas correntes.
- d) são receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- e) o superávit primário e nominal do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes e de capital, constituirá item de receita orçamentária, constituindo as receitas correntes, desde que classificado como transferência de capital.

Resolução:

Vamos analisar as assertivas:

- a) são receitas de capital as ~~receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços~~ e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.

INCORRETA. Questão misturou o conceito de Receitas de Capital e Receitas Correntes, vejamos as diferenças conforme Lei 4320/64:

*Art. 11§ 1º - São **Receitas Correntes** as receitas **tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços** e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.*

*§ 2º - São **Receitas de Capital** as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; **os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital** e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.*

- b) tributo é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinado- -se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

CORRETA. Perfeito, item de acordo com o disposto na Lei 4320/64:

Art. 9º Tributo é a **receita derivada instituída pelas entidades de direito público**, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

c) ~~operações de crédito, alienação de bens~~ e transferências correntes são classificadas como receitas correntes.

INCORRETA. As receitas quanto à categoria econômica se dividem em **corrente e de capital**, vejamos os detalhamentos:

Corrente (podemos utilizar o mnemônico: TRIBUTA CON PAIS)

- Contribuições de melhoria, Impostos, Taxas (**Tributos**)
- **CON**tribuições (muita atenção, para não confundir com contribuição de melhoria!)
- **Patrimonial**
- **Agropecuária**
- **Industrial**
- **Serviços**
- Transferências correntes
- Outras receitas correntes

Capital (Podemos utilizar o mnemônico OPERA ALI AMOR)

- **OPERA**ções de crédito
- **ALI**enações de imóveis
- **AMOR**tização de empréstimos
- Transferências de capital
- Outras receitas de capital

Operações de crédito e alienação de bens são **Receitas de Capital**.

d) são receitas correntes as ~~provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos;~~ os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

INCORRETA. Como vimos na Letra A, os itens tachados são classificados como **Receitas de Capital**.

e) o superávit ~~primário e nominal~~ do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes e de capital, ~~constituirá item de receita orçamentária, constituindo as receitas correntes, desde que classificado como transferência de capital.~~

INCORRETA. O superávit do orçamento corrente não é classificado como Receita Orçamentária, embora seja uma receita de Capital, conforme Lei 4320/64

Art. 11 § 3º - O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o Anexo nº 1, **não constituirá item de receita orçamentária**.

Gabarito: Letra B.

16. A receita pública destinada ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por entidades públicas compreende:

- a) impostos, somente.
- b) taxas públicas específicas, somente.
- c) impostos, taxas e contribuições.
- d) taxas e outros serviços com destinação específica.
- e) serviços públicos específicos.

Resolução:

Vamos ver diz o MCASP, 8ª Edição, sobre as RECEITAS CORRENTES:

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

Classificam-se como correntes as receitas provenientes de tributos [IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA]; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes).

Veja quem não são somente IMPOSTOS e nem somente TAXAS, mas todos os TRIBUTOS.

Veja que o DIREITO FINANCEIRO ainda utiliza a teoria TRIPARTITE, que desconsidera os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

Gabarito: Letra C.**17. De acordo com o Ementário da Natureza de Receita, a receita arrecadada em fevereiro de 2019 no valor de R\$ 1.250.000,00 com Contribuição de Melhoria para Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural deve ser classificada, quanto à**

- a) espécie, como Contribuição de Melhoria.
- b) origem, como Contribuições.
- c) origem, como Contribuição de Melhoria.
- d) espécie, como Receitas Correntes.
- e) categoria econômica, como Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

Resolução:

A classificação da receita quanto à categoria econômica divide em: **corrente e de capital**, vejamos as diferenças dos conceitos de acordo com o MCASP 7ª Edição:

Classificam-se como **correntes** as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da **exploração do patrimônio estatal (Patrimonial)**; da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas

Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes)

Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da **constituição de dívidas** e da **conversão, em espécie, de bens** e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

As **contribuições de melhoria** são classificadas na categoria econômica - **Receitas Correntes**. Vejamos o detalhamento da origem, conforme MCASP 7ª Edição:

3.2.1.2. Origem da Receita

A Origem é o detalhamento das Categorias Econômicas "Receitas Correntes" e "Receitas de Capital", com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos. Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, são:

1 Receitas Correntes

1 **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**

A **origem** da Receita é **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**. Analisando agora a **espécie** da Receita, conforme Ementário da Natureza de Receita:

1.1.3.0.00.1.0 **Contribuição de Melhoria**

1.1.3.8.02.0.0 *Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade*

A **espécie** da Receita é **Contribuição de Melhoria**.

Analizando os itens:

a) espécie, como Contribuição de Melhoria.

CORRETA. Exatamente como vimos acima.

b) origem, como **Contribuições**.

INCORRETA. A **origem** da Receita é **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**.

c) origem, como **Contribuição de Melhoria**.

INCORRETA. A **origem** da Receita é **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**.

d) espécie, como **Receitas Correntes**.

INCORRETA. A **espécie** da Receita é **Contribuição de Melhoria**.

e) categoria econômica, como **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**.

INCORRETA. As **contribuições de melhoria** são classificadas na categoria econômica - **Receitas Correntes**.

Gabarito: Letra A.



18. Em relação à despesa pública, é correto afirmar:

- a) despesas orçamentárias efetivas aumentam a situação líquida patrimonial.
- b) a liquidação da despesa é o terceiro estágio da execução orçamentária.
- c) o empenho ordinário é utilizado para as despesas de valor fixo.
- d) o processo de fixação da despesa orçamentária ocorre na LDO.
- e) despesas orçamentárias não efetivas aumentam a situação líquida patrimonial.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

- a)** despesas orçamentárias efetivas **aumentam** a situação líquida patrimonial.

INCORRETA. Despesas orçamentárias efetivas **diminuem** a situação patrimonial líquida.

- b)** a liquidação da despesa é o **terceiro** estágio da execução orçamentária.

INCORRETA. Precisamos saber os estágios da Despesa pois **costuma aparecer em prova**, vejamos:

A fase de planejamento:
<ul style="list-style-type: none"> - Fixação da despesa: Dotação orçamentária que determinado ente está autorizado a gastar

Fase de execução:
<ul style="list-style-type: none"> - Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição
<ul style="list-style-type: none"> - Liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
<ul style="list-style-type: none"> - Pagamento consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

A liquidação da despesa é o **segundo** estágio da **execução** orçamentária.

- c)** o empenho ordinário é utilizado para as despesas de valor fixo.

CORRETA. Segue um resumo dos **tipos de empenho**:

Tipos de empenho
<ul style="list-style-type: none"> - Ordinário: Despesas de valor FIXO e PREVIAMENTE determinado, cujo pagamento deve ser feito de UMA só vez
<ul style="list-style-type: none"> - Estimativo: Despesas cujo montante NÃO se pode determinar PREVIAMENTE
<ul style="list-style-type: none"> - Global: Despesas contratuais ou outras de valor DETERMINADO, sujeitas a PARCELAMENTO

Utiliza-se o **empenho ordinário** para as despesas de **valor fixo**.

- d)** o processo de fixação da despesa orçamentária ocorre na **LDO**.

INCORRETA. A **LOA** que **fixa as despesas e estima as receitas**.

e) despesas orçamentárias não efetivas **aumentam** a situação líquida patrimonial.

INCORRETA. Por sua vez, as despesas orçamentárias não efetivas **não alteram** a situação patrimonial líquida.

Gabarito: Letra C.

19. Quando ocorre um pagamento extraorçamentário, não há registro de despesa, mas uma desincorporação de passivo ou uma apropriação de ativo. Um exemplo típico seria o pagamento

- a) de aposentadorias e pensões do RPPS.
- b) de salário-família e salário-maternidade.
- c) de despesas de exercícios anteriores.
- d) de equipamentos e material permanente.
- e) de aquisição de imóveis e constituição de fundos rotativos.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

- a) de aposentadorias e pensões do RPPS.

INCORRETA. Trata-se de uma Despesa Orçamentária Corrente.

- b) de salário-família e salário-maternidade.

CORRETA. Perfeito, representam pagamentos extraorçamentários, conforme MCASP 7ª Edição:

b. **Extraorçamentário** – são aqueles decorrentes de:

i. *Saídas compensatórias no ativo e no passivo financeiro – representam desembolsos de recursos de terceiros em poder do ente público, tais como:*

• **Pagamentos de Salário-Família, Salário-Maternidade** e Auxílio-Natalidade – os benefícios da Previdência Social adiantados pelo empregador, por força de lei, têm natureza extraorçamentária e, posteriormente, serão objeto de compensação ou restituição

- c) de despesas de exercícios anteriores.

INCORRETA. Trata-se de despesas orçamentárias, conforme MCASP 7ª Edição:

92 – *Despesas de Exercícios Anteriores*

Despesas orçamentárias com o cumprimento do disposto no art. 37 da Lei nº 4.320/1964

- d) de equipamentos e material permanente.

INCORRETA. Trata-se de uma despesa orçamentária de capital (investimentos)

- e) de aquisição de imóveis e constituição de fundos rotativos.

INCORRETA. Trata-se de uma despesa orçamentária de capital (inversões financeiras)

Gabarito: Letra B.

20. Assinale a alternativa correta.

- a) As transferências voluntárias consistem na movimentação de recursos do órgão central de programação financeira entre órgãos e entidades da administração direta e indireta após abertura de crédito extraordinário.
- b) Crédito orçamentário é aquele aprovado na lei de responsabilidade fiscal, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais não endividadas.
- c) Despesas orçamentárias públicas representam o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção de serviços públicos prestados à sociedade.
- d) O suprimento de fundos é uma obrigação com um servidor para futura prestação de contas e podem ser processados e não processados.
- e) Os restos a receber são originados de compromissos gerados no exercício financeiro anterior, para os quais o orçamento não tinha crédito com saldo orçamentário suficiente.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

- a)** As transferências voluntárias consistem na ~~movimentação de recursos do órgão central de programação financeira entre órgãos e entidades da administração direta e indireta após abertura de crédito extraordinário.~~

INCORRETO. Sem relação com o conceito de Transferências Voluntárias, conforme MCASP 8ª Edição:

Conforme o art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

- b)** Crédito orçamentário é aquele aprovado na lei de responsabilidade fiscal, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais ~~não endividadas.~~

INCORRETO. Item em desacordo com o disposto no MCASP 8ª Edição:

*Por crédito orçamentário inicial, entende-se aquele aprovado pela lei orçamentária anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais **não dependentes***

- c)** Despesas orçamentárias públicas representam o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção de serviços públicos prestados à sociedade.

CORRETO. Perfeito, item em consonância com o disposto no MCASP 8ª Edição:

A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade

- d)** O suprimento de fundos é uma obrigação com um servidor para futura prestação de contas e ~~podem ser processados e não processados.~~

INCORRETO. Os restos a pagar que são classificados em processados e não processados, vejamos o conceito de suprimento de fundos, conforme MCASP 8ª edição:

O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas

e) Os restos a receber são originados de compromissos gerados no exercício financeiro anterior, para os quais o orçamento não tinha crédito com saldo orçamentário suficiente.

INCORRETO. Os restos a pagar são despesas que foram empenhadas, mas não pagas no exercício, desta forma, havia saldo orçamentário neste exercício.

Gabarito: Letra C.

21. De acordo com a Lei no 4.320/64, é vedada a realização de despesa sem autorização específica preconizada na mesma Lei. Para isso, será extraído um documento que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria. Tal documento denomina-se:

- a) nota de empenho.
- b) recibo a liquidar.
- c) restos a pagar.
- d) nota fiscal.
- e) dotação a liquidar.

Resolução:

Vejamos o disposto na Lei 4320/64:

Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Trata-se da **nota de empenho**.

Gabarito: Letra A.

22. Na execução do orçamento, nos termos da Lei nº 4.320/64, consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, tendo por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar. Trata-se

- a) do empenho.
- b) da nota de empenho.
- c) da ordem de pagamento.
- d) da liquidação.
- e) do precatório.

Resolução:

Precisamos saber os estágios da Despesa pois **costuma aparecer em prova**, vejamos:

ESTÁGIOS DESPESA

A fase de planejamento:

- **Fixação** da despesa: Dotação orçamentária que determinado ente está autorizado a gastar

Fase de execução:
- Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição
- Liquidiação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- Pagamento consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidiação da despesa.

Trata-se da Fase de **Liquidiação**. Complementando com o disposto na Lei 4320/64:

Art. 63. A liquidiação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Gabarito: Letra D.

23. No que se refere à execução orçamentária, a despesa será efetivada mediante o cumprimento de estágios: o primeiro deles é o empenho. Julgue os itens subsequentes, a respeito das modalidades de empenho.

I No empenho ordinário, o ordenador conhece o valor exato da despesa e, assim, o empenha para pagamento em única vez, a exemplo da aquisição de móveis.

II No empenho global, o ordenador realiza o empenho no valor total da despesa, que será paga, no entanto, de forma parcelada, a exemplo de contratos de construção.

III O empenho por estimativa será realizado quando o ordenador não conhece o montante exato da despesa, a exemplo dos valores destinados à aquisição de passagens.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Resolução:

Uma tabela que gosto de inserir a respeito dos **tipos de empenho**:

↑ RE = Custo da mercadoria vendida / ↓ Estoques médio

Tipos de empenho
- Ordinário: Despesas de valor FIXO e PREVIAMENTE determinado, cujo pagamento deve ser feito de UMA só vez
- Estimativo: Despesas cujo montante NÃO se pode determinar PREVIAMENTE
- Global: Despesas contratuais ou outras de valor DETERMINADO, sujeitas a PARCELAMENTO

Analizando os itens;

I No empenho ordinário, o ordenador conhece o valor exato da despesa e, assim, o empenha para pagamento em única vez, a exemplo da aquisição de móveis.

CORRETA. Exatamente, o empenho **ordinário** está relacionada a despesas **conhecidas previamente e o pagamento deverá ocorrer de uma só vez**.

II No empenho global, o ordenador realiza o empenho no valor total da despesa, que será paga, no entanto, de forma parcelada, a exemplo de contratos de construção.

CORRETA. Perfeito, o empenho **global** é utilizado para despesas sujeitas a **parcelamento**.

III O empenho por estimativa será realizado quando o ordenador não conhece o montante exato da despesa, a exemplo dos valores destinados à aquisição de passagens.

CORRETA. Exatamente, o empenho por estimativa é utilizado para despesas que **não se pode precisar o valor**.

Gabarito: Letra E.

24. Os Relatórios de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), conforme a Estrutura Conceitual Básica, possibilita aos usuários avaliar

- a) a análise do patrimônio líquido econômico.
- b) a eficiência e eficácia dos serviços prestados.
- c) o retorno financeiro dos investidores.
- d) o superávit financeiro da entidade.
- e) o valor adicionado gerado pela sociedade.

Resolução:

Para responder essa questão é preciso ter em mente o que diz o item 2.10, da NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE – NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016, que aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público:

2.10 A informação fornecida nos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) subsidia e contribui para a tomada de decisão. Por exemplo, as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado, o montante e as fontes de recuperação de custos e os recursos disponíveis para dar suporte às atividades futuras, são necessárias para o atendimento da prestação de contas e responsabilização (accountability). Essa informação também é útil para a tomada de decisão pelos usuários dos RCPGs, inclusive as decisões que os doadores e outros patrocinadores tomam sobre o provimento de recursos à entidade.

As outras alternativas não fazem nenhum sentido.

Gabarito: Letra B.

25. Para o registro contábil da abertura de um crédito adicional especial, uma conta da classe

- a) Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento é debitada.
- b) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento é debitada.

- c) Controles Devedores é creditada.
- d) Variação Patrimonial Aumentativa é creditada.
- e) Ativo é debitada.

Resolução:

A Abertura de crédito Especial gera uma inclusão de **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**! Recorde-se que O **PCASP** está estruturado em **três sistemas**: Orçamentário; Patrimonial e Controle. Vejamos a Definição dos mesmos de acordo com o MCASP 7ª edição:

O PCASP está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis:

- a. Natureza de Informação **Orçamentária**: registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao **planejamento e à execução orçamentária**.*
- b. Natureza de Informação **Patrimonial**: registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.*
- c. Natureza de Informação de **Controle**: registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.*

Com isto, podemos inferir que trata-se de um Lançamento no Sistema Orçamentário! Vamos verificar as **segregações das naturezas da informação** Conforme MCASP 7ª Edição:

NATUREZA PATRIMONIAL

1 - Ativo

2 - Passivo

- 3 - Variação Patrimonial Diminutiva
- 4 - Variação Patrimonial Aumentativa

NATUREZA ORÇAMENTÁRIA

5 - Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

6 - Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

NATUREZA CONTROLE

7 - Controles Devedores

8 - Controles Credores

O lançamento para registro de um **Crédito Especial** será similar a um **lançamento de fixação de Despesa** pois haverá a criação de uma dotação orçamentária:

Natureza da informação: orçamentária

D 5.2.2.1.1.xx.xx Dotação Inicial

C 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível



Analizando as alternativas:

a) Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento é debitada.

CORRETA. Perfeito, ocorrerá um **débito** na Classe Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.

b) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento é **debitada**.

INCORRETA. Haverá um **crédito** na classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

c) Controles Devedores é creditada.

INCORRETA. Não há movimentação na classe Controle de devedores!

d) Variação Patrimonial Aumentativa é creditada.

INCORRETA. Não há VPA, é um fato **meramente orçamentário!**

e) Ativo é debitada.

INCORRETA. Como já vimos, é um fato **meramente orçamentário!**

Gabarito: Letra A.

26. “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” e “Receita a Realizar” são, respectivamente, um

a) título da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um título da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

b) grupo da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um título da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

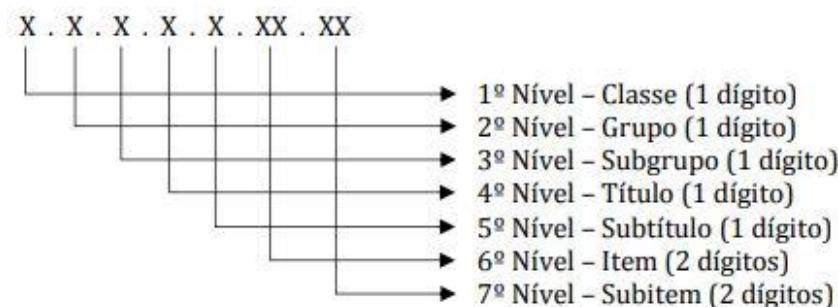
c) grupo da classe Variação Patrimonial Aumentativa e um título da classe Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.

d) item da classe Variação Patrimonial Aumentativa e um subgrupo da classe Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.

e) subgrupo da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um subgrupo da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

Resolução:

Atualmente o desdobramento das contas se dá com a seguinte estrutura, conforme MCASP 7ª edição:



Memorizem o detalhamento da **Classe do PCASP**, conforme Tabela abaixo:

PCASP		
Natureza da informação	Classes	
Patrimonial	1. Ativo	2. Passivo
	3. Variações Patrimoniais Diminutivas	4. Variações Patrimoniais Aumentativas
Orçamentária	5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
Controle	7. Controles Devedores	8. Controles Credores

“Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” é um **grupo** da **Classe Variação Patrimonial Diminutiva**, conforme MCASP 7ª Edição:

3 – Variação Patrimonial Diminutiva
3.1 - Pessoal e Encargos
3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais
3.3 - Uso De Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo
3.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras
3.5 - Transferências e Delegações Concedidas
3.6 - Desvalorização e Perda De Ativos e Incorporação de Passivos
3.7 - Tributárias
3.8 - Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados
3.9 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Enquanto a **Receita a realizar** é detalhado até o 4º nível, portanto representa um **título da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento**, conforme MCASP 7ª Edição

C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

Vamos analisar as assertivas:

a) **título** da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um **título** da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

INCORRETA. “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” é um **grupo** da classe **Variação Patrimonial Diminutiva**.

b) grupo da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um **título** da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

CORRETA. Perfeito, exatamente como vimos acima!

c) grupo da classe Variação Patrimonial **Aumentativa** e um **título** da classe Controles da **Aprovação** do Planejamento e Orçamento.

INCORRETA. “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” é um grupo da classe **Variação Patrimonial Diminutiva**. Por sua vez, “Receita a Realizar” é um **título** da classe Controles da **Execução** do Planejamento e Orçamento.

d) **item** da classe Variação Patrimonial **Aumentativa** e um **subgrupo** da classe Controles da **Aprovação** do Planejamento e Orçamento.

INCORRETA. “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” é um **grupo** da classe **Variação Patrimonial Diminutiva**. Por sua vez, “Receita a Realizar” é um **título** da classe Controles da **Execução** do Planejamento e Orçamento.

e) **subgrupo**—da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um subgrupo da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

INCORRETA. “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” é um **grupo** da classe **Variação Patrimonial Diminutiva**.

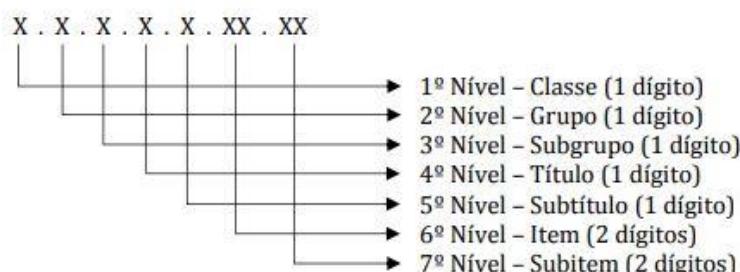
Gabarito: Letra B.

27. Na metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas contábeis estão segregadas em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos registrados, o que permite o registro dos dados contábeis de forma organizada e facilita a análise das informações de acordo com sua natureza. Nessa metodologia, o PCASP está estruturado conforme as naturezas das informações contábeis

- a) orçamentária, financeira e de compensação.
- b) operacional, de financiamentos e de investimentos.
- c) fiscal, de seguridade social e de investimentos.
- d) patrimonial, de investimentos e de financiamentos.
- e) orçamentária, patrimonial e de controle.

Resolução:

Atualmente o desdobramento das contas se dá com a seguinte estrutura, conforme MCASP 8ª edição:



Memorizem o detalhamento da **Classe do PCASP**, conforme Tabela abaixo:

PCASP		
Natureza da informação	Classes	
	1. Ativo	2. Passivo
Patrimonial	3. Variações Patrimoniais Diminutivas	4. Variações Patrimoniais Aumentativas
	5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
Orçamentária	7. Controles Devedores	8. Controles Credores
Controle		

O PCASP está estruturado conforme as naturezas das informações contábeis: **orçamentária, patrimonial e de controle**.

Gabarito: Letra E.

28. Um município apresentou os seguintes dados referentes ao seu último exercício social:

	Em R\$
Receita prevista	1.000.000,00
Receita arrecadada	800.000,00
Receita prevista	1.000.000,00
Despesa empenhada	700.000,00
Despesa liquidada	300.000,00

O resultado orçamentário do exercício é, em R\$:

- a) 100.000,00
- b) 200.000,00
- c) 300.000,00
- d) 400.000,00
- e) 500.000,00

Resolução:

Considerando o **regime orçamentário**, as despesas empenhadas e as receitas arrecadadas **são orçamentárias**. Conforme Lei 4320/64:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

*I - as receitas nele **arrecadadas**;*

*II - as despesas nele legalmente **empenhadas**.*

O **resultado orçamentário** corrente é calculado pela **diferença** entre as receitas correntes **arrecadadas** e as despesas correntes **empenhadas**.

Receitas correntes orçamentárias (Arrecadadas) = 800.000,00

Despesas correntes orçamentárias (empenhadas) = 700.000,00

Resultado Orçamentário corrente = 800.000 - 700.000 = R\$ 100.000,00

Gabarito: Letra A.

29. O demonstrativo contábil cujo objetivo é evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, denomina-se

- a) balanço patrimonial.
- b) balanço financeiro.
- c) demonstração dos fluxos de caixa.
- d) demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- e) balanço orçamentário.

Resolução:

Vamos conceituar os itens:

a) balanço patrimonial.

INCORRETO. Em desacordo com o que será apresentado no Balanço Patrimonial, conforme MCASP 8ª Edição:

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

b) balanço financeiro.

CORRETO. Perfeito, trata-se do objetivo do Balanço Financeiro, conforme MCASP 8ª Edição:

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

c) demonstração dos fluxos de caixa.

INCORRETO. Em desacordo com o que será apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme MCASP 8ª Edição:

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

d) demonstração das mutações do patrimônio líquido.

INCORRETO. Em desacordo com o que será apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conforme MCASP 8ª Edição:

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

e) balanço orçamentário.

INCORRETO. Em desacordo com o que será apresentado no Balanço Orçamentário, conforme MCASP 8ª Edição:

A Lei 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Gabarito: Letra B.

30. A respeito das informações de fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira que devem ser consideradas na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa (DFC) do setor público, assinale a opção correta.

a) Quando houver informações de fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira, a DFC deve ser elaborada pelo método indireto.

b) Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda de apresentação da entidade.

c) Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras devem ser incluídos nos fluxos de caixa.

- d) Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade.
- e) Para fins de padronização e consolidação das contas públicas, os efeitos das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa devem ser classificados no fluxo das atividades operacionais.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

- a)** Quando houver informações de fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira, a DFC deve ser elaborada pelo método indireto.

INCORRETO. Não há esta imposição pela NBC TSP 12.

- b)** Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda ~~de apresentação da entidade~~.

INCORRETO. Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na **moeda funcional da entidade**, conforme veremos abaixo.

- c)** Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras ~~devem ser incluídos nos fluxos de caixa~~.

INCORRETO. Tais ganhos e perdas não são fluxos de caixa, conforme NBC TSP 12:

39. *Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras **não são fluxos de caixa***

- d)** Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade.

CORRETO. Perfeito, item de acordo com o disposto na NBC TSP 12:

36. *Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira à taxa cambial na data da ocorrência do fluxo de caixa.*

- e)** Para fins de padronização e consolidação das contas públicas, os efeitos das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa ~~devem ser classificados no fluxo das atividades operacionais~~.

INCORRETO. Tal mudança nas taxas cambiais deve ser apresentado separadamente dos demais fluxos de caixa, conforme NBC TSP 12:

*Todavia, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, deve ser apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período. **Esse valor deve ser apresentado separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento** e inclui as diferenças, se existirem, caso tais fluxos de caixa tenham sido convertidos e registrados com base nas taxas de câmbio do fim do período.*

Gabarito: Letra D.

